



Grupo começa a debater mudanças no pacto federativo

O Senado instalou ontem, em cerimônia, a comissão de especialistas que se debruçará sobre temas como a guerra do ICMS, o Fundo de Participação dos Estados e as dívidas dos estados com a União

Presidida por Nelson Jobim, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, a comissão composta de 14 especialistas terá 60 dias para debater os grandes nós do pacto federativo e propor mudanças. Os objetivos maiores do grupo são munir o Senado de subsídios para votar projetos de lei

relacionados à questão e apontar caminhos para uma melhor distribuição das verbas da União entre os estados, de modo a reduzir as desigualdades regionais. A comissão decidiu que não fará audiências públicas durante seus trabalhos — todas as reuniões serão realizadas a portas fechadas. **4 e 5**



Janete Araújo/Agência Senado

José Sarney discursa durante instalação da comissão: grupo presidido por Nelson Jobim (D) terá 60 dias para discussões

Estados apoiam IPCA como indexador de suas dívidas **5**



José Cruz/Agência Senado

Pinheiro (E) e Dornelles (C), autor de projeto defendido pelos estados

Comissão quer consenso sobre ponto eletrônico **7**

Sarney: novo software dará transparência ainda maior **8**

Demóstenes vai ao Conselho de Ética para dizer que se defenderá **3**



Geraldo Magela/Agência Senado

Acusado de ligação irregular com Cachoeira, senador garante ser inocente

Especialistas discutem proteção a testemunhas

Problemas do programa federal de proteção a testemunhas ameaçadas foram discutidos ontem em audiência. O senador Pedro Taques alertou para

o perigo de vazamento de informações sobre casos investigados ou em julgamento, já que as pessoas sob proteção ficam nos mesmos abrigos. **2**

Geraldo Magela/Agência Senado



Juliana Cavaleiro, da PF, fala em debate conduzido por Pedro Taques (C)

Ministro promete regularizar terras da Amazônia com ocupação legítima

Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) disse que erro de contratação atrasou o Terra Legal Amazônia. **6**

Apresentada moção pela paz em Israel e Palestina **8**

Diploma estrangeiro pode ter reconhecimento facilitado

Durante debate de proposta sobre o tema, representante do Ministério da Educação e senadores destacaram a importância de

facilitar o reconhecimento de diplomas de outros países e reformular a política de revalidação por universidades brasileiras. **8**



Marcia Kolome/Agência Senado

Amaro Lins, Requião, Divina Cardoso e Vicente Celestino em audiência da CE e CRE

Em debate na CMA sobre o programa federal de proteção a testemunhas ameaçadas, senador alertou para o vazamento de informações de casos investigados, já que protegidos ficam nos mesmos abrigos

Gerardo Magela/Agência Senado



Taques (C) conduz a audiência com Frederico Castelo Branco (USP), Gustavo Velloso (MPF), Carlos Alberto Freitas (TCU) e Juliana Cavaleiro (PF)

Pedro Taques adverte para “indústria das testemunhas”

EM AUDIÊNCIA DESTINADA a avaliar programa federal de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, realizada ontem, o senador Pedro Taques (PDT-MT) alertou para o risco de se criar no país uma “indústria das testemunhas”.

Como os depoentes sob proteção ficam em abrigos comuns, em Brasília, eles podem trocar detalhes sobre os casos — o que, segundo o senador, poderia favorecer o vazamento de informações e aumentar o risco das testemunhas.

A titular do Serviço de Proteção ao Depoente Especial da Polícia Federal, delegada Juliana Carleial Cavaleiro, disse que os abrigados recebem recomendação explícita para não conversar sobre os motivos de seu acolhimento no programa. Juliana contou que a determinação vem sendo respeitada e que, até hoje, só houve um caso de pessoa que pediu desligamento do programa, dirigindo-se ao estado de uma testemunha para negociar com um criminoso.

Porém, a PF conseguiu evitar um novo crime.

O procurador federal Gustavo Velloso contou que, hoje, as testemunhas protegidas são de baixa renda. Para ele, são reduzidas as chances de uma pessoa de classe média optar por ser testemunha, pois o programa não oferece condições razoáveis para uma vida equivalente em outro lugar.

O debate foi promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Debatedor pede rapidez nas decisões judiciais

O secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Alberto Freitas, ressaltou no debate da CMA a necessidade de abreviar os processos judiciais que envolvem testemunhas protegidas. Ele explicou que a demora das decisões aumenta a tensão e o isolamento dessas pessoas, elevando o índice de abandono dos programas, que estaria em cerca de 70% no país.

O representante do TCU informou que o órgão fez uma primeira avaliação em programas de proteção entre 2004 e 2005, após denúncias de que pessoas protegidas eram maltratadas e viviam em situação insalubre.

Em nova inspeção, realizada em 2010, os resultados

foram positivos, segundo ele, com melhorias na estrutura das casas e na capacitação dos agentes. Mesmo assim, Freitas sugeriu a utilização de indicadores de desempenho para avaliação da qualidade dos programas.

O senador Pedro Taques, que presidiu a audiência, propôs, por sua vez, a criação de uma autoridade central para coordenar as diversas demandas que podem surgir a partir da mudança da identidade civil das testemunhas.

— Será preciso muita coordenação para que esse projeto seja implantado — comentou.

A titular do Serviço de Proteção ao Depoente Especial do Departamento da Polícia Federal, Juliana Cavaleiro, disse que o objetivo maior do programa é garantir a

reinserção social da pessoa no novo lugar de moradia, em uma transição assistida por entidades da sociedade civil.

Quanto ao abrigo temporário em Brasília, ela explicou que é composto de quatro casas próximas, mas isoladas umas das outras, em distância que permite coordenar a segurança e ao mesmo tempo garantir a privacidade das pessoas.

O serviço integra o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Nos estados, testemunhas ficam sob a guarda dos programas estaduais de proteção (provitas). Hoje, seis testemunhas e três familiares estão sob proteção federal. Em 2011, foram atendidas 37 pessoas, entre testemunhas, familiares e réus.

Armando Monteiro quer reformular legislação penal

Moreno Miziz/Agência Senado



Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu uma ampla reformulação do Código Penal e do Código de Processo Penal. Para ele, existe hoje “uma desproporcionalidade generalizada das penas”. Armando defendeu o aperfeiçoamento das políticas de segurança pública. Quer sintonizá-las com as políticas de defesa, visto que o crime organizado atua de maneira transnacional. Ele sugeriu fazer mudanças nas regras de interceptação telefônica e na tipificação do jogo do bicho como crime.

Mozarildo elogia Judiciário por cumprimento de meta

Waldemir Barreto/Agência Senado



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou o cumprimento, pelos tribunais, de 92,39% do compromisso de julgar o mesmo número de processos novos e parte do estoque — uma das metas do Judiciário para 2011. Citando dados do Conselho Nacional de Justiça, informou que a Justiça recebeu 18,2 milhões de novas ações e julgou 16,8 milhões.

— Ao contrário do que se diz, a Justiça não é lenta, embora seja, em muitos casos, dado o volume de recursos — disse.

Marta: Congresso, e não STF, deveria legislar sobre aborto

Marta Suplicy (PT-SP) disse que o Brasil vive um retrocesso “extremamente grave” no debate de questões como o aborto de fetos anencéfalos, julgado legal ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para ela, o Judiciário está assumindo o papel de um temeroso Legislativo.

— O Congresso tem forças tão contrárias e não conversáveis que acaba não votando



Waldemir Barreto/Agência Senado

essas questões, muitas vezes nem permitindo um bom debate. É o Judiciário que está tendo que decidir o que a sociedade quer.

Marta lembrou ser autora do primeiro projeto de lei sobre o assunto, de 1996, nunca votado, e salientou que a interrupção da gravidez não será obrigatória, mas uma opção para aquelas que não querem carregar um feto que não vai sobreviver.

Paim saúda os 80 anos da OAB do Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) saudou os 80 anos de fundação da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB-RS), comemorados ontem.

Paim disse que a entidade tem destacada história em defesa das liberdades democráticas e do desenvolvimento do país.

O senador também informou que a OAB gaúcha promove até hoje a 6ª Conferência Estadual dos Advogados, em Porto Alegre.

Segundo Paim, é o “maior evento jurídico do sul do Brasil”, sempre tendo como prioridade a defesa da cidadania e da democracia.

Pimentel destaca progresso nos 286 anos de Fortaleza

José Pimentel (PT-CE) homenageou os 286 anos de Fortaleza, comemorados hoje. Ele destacou o espírito acolhedor e o empreendedorismo da cidade, a quinta mais populosa do Brasil.

— É uma cidade que se caracteriza pelo setor de serviços e comércio, com forte presença no setor turístico e na geração de pequenos negócios. Já são mais de 210 mil micro e pequenos empreendedores formalizados.

Pimentel também elogiou o projeto de transposição do Rio São Francisco e o ex-presidente Lula por tê-lo tirado do papel, mais de um século após ser apresentado pela primeira vez.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Debates e sessão especial

9h Sem votação de matérias, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos. Sessão especial, às 14h, em comemoração ao centenário de nascimento de José Waldemar Alcântara e Silva, ex-senador e ex-governador do Ceará.

Presidência Evento no SFT

11h O senador José Sarney participa de cerimônia de lançamento da Central Nacional de Informações Processuais e Extraprocessuais, no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal.

Código Penal Audiência em Sergipe

9h A comissão de juristas criada para elaborar anteprojeto de reforma do Código Penal realiza seminário sobre o tema, no auditório do Tribunal de Justiça de Sergipe.

CRA Educação no campo

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), em especial, as metas de formação de professores e a melhoria da infraestrutura das escolas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senador acusado de envolvimento com Carlinhos Cachoeira se diz inocente e garante que vai se defender por escrito e oralmente dentro do prazo, que acaba em 25 de abril

Alvaro cobra isenção nas apurações

Alvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou à Mesa, ontem, pedido para que os presidentes da Câmara e do Senado também assumam a responsabilidade na condução da CPI do Cachoeira. Para o senador, o importante é ter isenção nas investigações.

— Há um momento de crise que abala as estruturas desta instituição. Há uma exigência da sociedade de que as revelações não sejam seletivas, que os vazamentos não sejam pontuais e que o que se investigou, e se investigará, não eleja determinados alvos e não proteja determinadas figuras.

Para Alvaro Dias, só é possível recuperar a credibilidade das CPIs se houver maturidade política para separar interesses partidários do interesse público.



Alvaro: revelações não seletivas

Para Couto, PT criou “germe da corrupção”

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que o PT produziu “o germe da corrupção no Brasil”. Para ele, o problema se espalhou por todos os Poderes e vai ser difícil combatê-lo.

— Esse germe, produzido pelo PT, está custando caro para a nação. A cada momento explode mais uma corrupção e é o brasileiro que paga por isso — afirmou o senador.

Couto disse acreditar que a empresa Delta Construções, ligada a Carlinhos Cachoeira, ainda deverá trazer muitos problemas para o governo na CPI a ser instalada no Congresso.

— Essa empresa, que fatiou mais de 4 bilhões no governo petista, está citada em escândalos há anos — disse, pedindo ampla investigação sobre a corrupção.



Senador quer investigação ampla



No conselho, Demóstenes questionou a vacância da presidência e saiu. O interino foi confirmado no cargo

Demóstenes anuncia sua defesa no Conselho de Ética

ACUSADO DE ENVOLVIMENTO com Carlinhos Cachoeira, preso por exploração de jogos ilegais, Demóstenes Torres (sem partido-GO) compareceu ontem a reunião do Conselho de Ética do Senado e anunciou que vai se defender por escrito e oralmente no prazo dado pelos integrantes do conselho, de 10 dias úteis.

— Quero provar a minha inocência no mérito. E o foro competente é este Conselho de Ética. Provarei que sou inocente — afirmou o senador.

Demóstenes questionou a forma como Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) foi escolhido para presidir o Conselho de Ética, alegando que o senador

mais idoso pode substituir o presidente e o vice-presidente do colegiado em caso de ausência de ambos, mas não quando houver vacância, como aconteceu no conselho. Demóstenes disse que não tinha intenção de ficar discutindo questões processuais, pois estaria mais interessado na defesa de mérito e se retirou da sala.

Apesar do consenso sobre inexistência de irregularidade na presidência interina do Conselho de Ética, os senadores presentes decidiram fazer uma eleição e confirmaram Valadares no cargo. Houve unanimidade na defesa da admissibilidade da representação

do PSOL contra Demóstenes.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que os dispositivos processuais que serviram de base para o questionamento de Demóstenes Torres já teriam sido alterados por uma outra resolução do Senado.

O prazo para o senador apresentar defesa prévia encerra-se em 25 de abril. Então, o relator apresentará um relatório preliminar e, se o colegiado deliberar pela perda do mandato, o parecer será enviado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois à Mesa Diretora para a inclusão na ordem do dia do Plenário, que é a instância máxima de decisão do Senado.

Após recusas de 5 senadores, Humberto assume relatoria

Humberto Costa (PT-PE) será o relator do processo aberto no Conselho de Ética do Senado contra Demóstenes Torres.

A escolha foi feita em uma sequência de sorteios. Os primeiros cinco senadores sorteados recusaram a tarefa: Lobão Filho (PMDB-MA), Gim Argello (PTB-DF), Ciro Nogueira (PP-PI), Romero Jucá (PMDB-RR) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

— Alguns deles tiveram em algum momento confronto com Demóstenes. E qualquer atitude tomada nesse procedimento poderia ser encarada

como retaliação ou vingança — explicou o relator.

Segundo Humberto Costa, não vai ser “nada agradável” julgar um colega.

— Minha preocupação é fazer um processo justo e imparcial, que dê à sociedade brasileira as respostas que estão sendo cobradas — disse.

Demóstenes Torres responde a processo no Conselho de Ética por suspeitas de ligação com o empresário Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal por exploração de jogos ilegais. O conselho investigará se houve quebra do decoro parlamentar.

As regras do jogo

O requerimento de criação da CPI do Cachoeira traz uma lista de crimes atribuídos a Carlos Augusto Ramos e à sua rede de contatos que devem ser investigados com base na Operação Monte Carlo, da PF

- ▶ Tráfico de influência para legalizar a exploração de jogos de azar
- ▶ Lavagem de dinheiro proveniente da exploração de jogos de azar
- ▶ Fraudes em licitações e em contratos com entes públicos
- ▶ Corrupção, prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, violação e divulgação de comunicação telefônica ou telemática, exercício de atividade com infração de decisão administrativa, exploração de prestígio e formação de quadrilha por agentes públicos, associados ou não a agentes privados, para manter as atividades ilícitas no setor de jogos de azar e obstruir a investigação, o processo e a punição criminal

Membros do conselho apoiam CPI

Chegou ontem ao Conselho de Ética do Senado o requerimento para a criação de uma CPI mista (formada por senadores e deputados) para investigar práticas criminosas envolvendo Carlinhos Cachoeira e agentes públicos e privados.

O requerimento foi levado pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Assim que chegou, o documento foi assinado pelos integrantes do Conselho de Ética.

Para ser criada, é necessário que a CPI mista tenha o apoio de 171 deputados e 27 senadores.

No início desta semana, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia, concordaram com a criação da CPI mista por entenderem que era a vontade de líderes partidários e da população.

O requerimento de criação da comissão fixa em R\$ 200 mil o limite das despesas a serem realizadas no trabalho de investigação.

Suplicy assina pedido de investigação

Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ao Plenário ter assinado o requerimento que pede a criação de uma CPI mista para investigar as ligações de parlamentares e outros servidores públicos com os negócios comandados por Carlinhos Cachoeira.

Além de Eduardo Suplicy, já assinaram o requerimento os senadores Walter Pinheiro (PT-BA), Lídice da Mata (PSB-BA), Acir Gurgacz (PDT-RO), José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Wellington Dias (PT-PI), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ângela Portela (PT-RR) e Delcídio do Amaral (PT-MS).

Suplicy informou que Paulo Paim (PT-RS) prometeu que também vai assinar o documento.



Suplicy e mais 9 senadores assinaram

Requerimento foi amenizado, diz Randolfe

Apesar de apoiar a criação da CPI do Cachoeira, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou ontem o teor do requerimento a ser apresentado pelas lideranças partidárias. Para ele, o texto está amenizado e pode tirar o foco do envolvimento de agentes públicos e privados no esquema desbaratado pela Polícia Federal (PF).

Randolfe lembrou que, em reunião de líderes na terça-feira, ficou acertado que o requerimento teria foco em três linhas: os desdobramentos da operação Monte Carlo, da PF, o envolvimento de agentes públicos e a participação de agentes privados em práticas ilícitas.

— O Brasil quer saber qual é a rede criminosa de Carlos Cachoeira e qual o envolvimento de agentes públicos e privados com esse senhor.



Randolfe pede foco para a CPI

Benedito elogia ampliação do Minha Casa, Minha Vida



Benedito de Lira (PP-AL) comemorou o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida 2, para municípios de até 50 mil habitantes. — O Minha Casa, Minha Vida trouxe uma esperança muito grande para as pessoas mais carentes do Brasil, principalmente aquelas que sempre desejaram ter uma casa e não tinham recurso para fazê-lo. A nova etapa do programa, disse Benedito de Lira, vai beneficiar mais de 100 mil famílias em todo o país, principalmente em estados mais carentes.

Segundo Wellington, programa habitacional beneficiará o Piauí



Wellington Dias (PT-PI) comemorou a publicação dos editais para a nova etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida, que contemplará municípios com menos de 50 mil habitantes. Ele informou que apenas cinco municípios de do Piauí têm população maior que esse número, o que excluiu dois terços dos piauienses do programa. De acordo com o senador, serão contemplados 217 municípios do Piauí. Ele comemorou o aumento do valor das habitações, que antes não podiam exceder R\$ 11 mil e agora podem atingir R\$ 25 mil.

Jucá lê reportagem da National Geographic sobre Roraima



Romero Jucá (PMDB-RR) disse que a revista National Geographic escolheu Roraima como seu destino de viagem preferido no Brasil. O senador leu o seguinte trecho da reportagem: "O caminhante se sente recompensado a cada passo que dá dentro do estado". O texto cita "montanhas achatadas encobertas por neblina que podem ser escaladas sem conhecimento técnico ou equipamentos". — Precisamos incentivar o turismo no país. As regiões distantes precisam ter suas opções de turismo ampliadas.

Para Ciro Nogueira, nova fase do programa reduzirá migrações



Ciro Nogueira (PP-PI) elogiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de incluir novos municípios no Programa Minha Casa, Minha Vida. Na avaliação de Ciro, entender o programa aos municípios com menos de 50 mil habitantes terá efeitos positivos em seu estado. — O Piauí será talvez o estado mais beneficiado, pois quase a totalidade dos municípios é de pequeno porte. O Piauí só tem a comemorar. Ele disse que a ampliação do programa reduzirá o êxodo para as grandes cidades.

Consultor legislativo do Senado diz que falta debate sobre verba pública aplicada na Copa

Em seminário ontem, o consultor legislativo do Senado Alexandre Sidnei Guimarães explicou com detalhes o projeto da Lei Geral da Copa. Guimarães mostrou preocupação com os gastos públicos com a Copa de 2014. Segundo ele, o poder público já investiu quase R\$ 50 bilhões no evento, mas o legado e os benefícios para o

país não foram colocados em primeiro plano nos debates. — Haverá retorno de todo esse investimento? A apresentação de ontem está na internet (www.senado.gov.br/senado/conleg/nepsfl.html). Em 17 de maio, será realizado o quarto seminário da série Diálogos Legislativos, sobre o marco civil da internet.



Consultor Alexandre Sidnei Guimarães fala sobre Lei Geral da Copa

Grupo de 14 juristas, tributaristas e cientistas políticos foi instalado ontem no Senado; eles tratarão de temas como a guerra do ICMS e a dívida dos estados e, no final, apresentarão anteprojeto

Comissão de especialistas começa a discutir mudanças no pacto federativo

UM GRUPO DE 14 juristas, tributaristas e cientistas políticos tem 60 dias para fazer um diagnóstico das relações tributárias e políticas entre União, estados e municípios e propor mudanças.

A cerimônia de instalação da comissão foi realizada ontem, na Presidência do Senado.

O colegiado foi criado por um ato do presidente do Senado, José Sarney, e atendeu a requerimento de Pedro Taques (PDT-MT).

Segundo Sarney, as

relações entre os entes federados encontram-se esgarçadas, o que evidencia a necessidade de uma avaliação profunda da situação.

O presidente se disse preocupado com a desigualdade entre as regiões do país e lembrou que um dos princípios da Constituição federal é a redução dessas disparidades.

— Enquanto tivermos regiões condenadas à pobreza e à dependência, estarão esgarçadas as relações federativas. O princípio de

dar mais aos que menos têm é que fará com que o país mantenha o equilíbrio federativo — disse Sarney.

A comissão de notáveis é presidida por Nelson Jobim, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele afirmou que, historicamente, o país privilegiou os estados do Sul e do Sudeste em detrimento dos estados das demais regiões.

— O desenvolvimento do país não pode ser o desenvolvimento de uma região em detrimento das demais.

Jobim afirmou que a comissão terá como desafio apontar caminhos para que o Senado construa mecanismos que garantam o equilíbrio federativo.

Receitas

O presidente da comissão também disse que é preciso pensar em divisões de receitas mais equilibradas, que garantam a capacidade de investimento dos estados: — Todos os pactos e programas que são feitos pedem contrapartidas dos estados,

sem que os estados tenham orçamento para isso.

Entre os temas que a comissão vai discutir, estão mecanismos para evitar a guerra fiscal entre os estados e a criação de novas regras de distribuição dos recursos dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

O grupo também deverá apresentar soluções para tornar mais eficiente o sistema tributário e discutir formas para reduzir as dívidas dos estados com a União.

Ao final dos trabalhos, será apresentado um relatório, que poderá conter anteprojeto de lei.

Além de Nelson Jobim, integram a comissão Bernard Appy, João Paulo dos Reis Velloso, Everardo Maciel, Ives Gandra Martins, Adib Jatene, Luís Roberto Barroso, Michal Gartenkraut, Paulo de Barros Carvalho, Bolívar Lamounier, Fernando Rezende, Sérgio Prado, Marco Aurélio Marraffon e Manoel Felipe Rêgo Brandão.

A atividade dos participantes não é remunerada.



Nelson Jobim, ex-ministro do Supremo, discursa na cerimônia de instalação da comissão de especialistas: temas controversos em debate no Senado

Dívida dos estados com a União é desafio

A comissão de especialistas se concentrará em quatro temas: a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o modelo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os critérios de distribuição dos royalties do petróleo e o indexador da dívida dos estados.

A preocupação com o FPE foi manifestada por Jobim. Conforme lembrou, o Supremo considerou inconstitucionais os atuais critérios de divisão dos recursos, que não

poderão mais ser utilizados a partir de 2013.

— O Congresso precisa votar isso, senão será o caos, pois serão congelados os recursos do fundo — disse.

Foi apontada urgência para o fim da guerra fiscal baseada no ICMS. O jurista Ives Gandra disse que a adoção de novas regras, como as contidas no projeto que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações com produtos importados, poderá levar estados que se sentem lesados a recorrer ao Supremo.

Sobre os royalties do petróleo, o ex-secretário da Receita Everardo Maciel observou que projetos que tratam disso têm um problema: usam o FPE como critério para o rateio dos recursos.

Quando ao indexador da dívida dos estados, o procurador da Fazenda Manoel Felipe Brandão disse que a eventual alteração não poderia configurar renegociação de dívida — a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe tal prática.

A comissão tem 60 dias para apresentar sugestões.

Reuniões serão fechadas; grupo apresentará visões divergentes

A comissão decidiu que não realizará audiências públicas. Em vez disso, fará reuniões fechadas.

O grupo não tem a expectativa de chegar a consenso sobre todas as questões. Por isso, incluirá em suas sugestões eventuais visões divergentes.

De imediato, cada integrante enviará por e-mail suas considerações sobre os quatro temas da agenda, que serão organizadas e enviadas a todos. A Consultoria do

Senado compilará informações sobre projetos de lei em tramitação no Congresso que tratam de cada tema.

Depois, Nelson Jobim agendará novo encontro para que os especialistas possam aprofundar o debate.

Apesar da definição da agenda, os especialistas apontaram outros temas que poderão ser tratados. Para o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, é importante rever a política de desenvolvimento regional.

Os 14 integrantes

Quem são os especialistas que debaterão o pacto federativo

► **Nelson Jobim** Ex-ministro da Defesa, da Justiça e do Supremo Tribunal Federal, o jurista gaúcho foi deputado federal de 1987 a 1995

► **Bernard Appy** Duas vezes ministro interino da Fazenda, ocupou a Secretaria de Política Econômica e o Conselho de Administração do Banco do Brasil

► **João Paulo dos Reis Velloso** Ministro do Planejamento entre 1969 e 1979, é fundador do Ipea

► **Everardo Maciel** Ex-secretário da Receita Federal, o consultor jurídico pernambucano também foi secretário da Fazenda de PE e do DF

► **Ives Gandra da Silva Martins** O advogado tributarista, professor e jurista de São Paulo publicou mais de 50 livros individualmente, 200 em coautoria e mais de mil estudos

► **Adib Jatene** O médico acriano foi duas vezes ministro da Saúde e é o "pai da CPMF". Inventou a cirurgia do coração que leva seu nome

► **Luís Roberto Barroso** O professor e advogado fluminense foi conferencista em universidades da França e da Polónia, além de pesquisador em Harvard e Sorbonne

► **Michal Gartenkraut** Nascido na Polónia, foi secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda

► **Paulo de Barros Carvalho** No Ministério da Fazenda, presidiu a Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes. É presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

► **Bolívar Lamounier** Sociólogo e cientista político, foi o primeiro presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo

► **Fernando Rezende** Professor de finanças públicas e política fiscal, foi presidente do Ipea e presta consultoria para o BID, o Banco Mundial e a ONU. Foi assessor especial no Ministério do Desenvolvimento

► **Sérgio Prado** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e autor de trabalhos sobre federalismo fiscal

► **Marco Aurélio Marraffon** Professor de mestrado em Direito Constitucional e vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional

► **Manoel Felipe Rêgo Brandão** Procurador da Fazenda Nacional

Secretários apoiam texto sobre dívida estadual

Secretários estaduais da Fazenda, em documento, declararam apoio a um projeto de lei recém-elaborado que altera o indexador das dívidas dos estados com a União.

Apresentado por Francisco Dornelles (PP-RJ) na terça-feira, o projeto (PLS 86/12) propõe a substituição do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O projeto foi apresentado após o governo propor a substituição do IGP-DI pela taxa básica de juros (Selic). Para Dornelles, porém, a taxa é um instrumento de política monetária, não adequado à indexação da dívida.

— Você nunca pode permitir que a dívida do devedor seja corrigida por um índice que é estabelecido pelo credor — afirmou.

Em documento, os secretários sugeriram ainda o alongamento do prazo e a redução do comprometimento da receita líquida real para o pagamento da dívida.

O documento em apoio à proposta de Dornelles é assinado pelo coordenador-geral de Secretários do Conselho Nacional de Política

Fazendária (Confaz), Claudio José Santos, que também é secretário de Fazenda do Maranhão.

Para Dornelles, o apoio dos secretários significa que o projeto atende às reivindicações dos estados.

As sugestões feitas pelos secretários no documento são o alongamento do prazo

para pagamento de 10 para 20 anos e a redução do comprometimento da receita de 15% para 9%, o que permitiria aos estados destinar mais recursos para investimentos e outras políticas públicas.

— Concordo com as justificativas apresentadas no documento — assinalou o parlamentar.



Newton Lima (E), que presidirá uma das comissões, conversa com Dornelles

COMISSÕES MISTAS AVALIAM INCENTIVOS À INDÚSTRIA NACIONAL

Duas comissões mistas foram instaladas ontem para analisar medidas provisórias que incentivam a indústria nacional.

A primeira delas (MP 563/12) amplia o processo de desoneração da folha de pagamento na indústria de transformação. A outra (MP 564/12) injeta R\$ 45 bilhões no BNDES para ampliar sua capacidade de fornecer crédito de longo prazo.

A comissão da MP 563/12 será presidida pelo deputado federal Newton Lima (PT-SP) e terá como vice-presidente e relator,

respectivamente, os senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Romero Jucá (PMDB-RR).

A comissão da MP 564/12, por sua vez, terá o senador Wellington Dias (PT-PI) como presidente e o deputado Danilo Forte (PMDB-CE) como relator.

Jucá ressaltou a importância que essas comissões mistas conquistaram com a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de que passem a examinar os critérios de admissibilidade das medidas provisórias.

Eunício pede nova divisão do ICMS no comércio pela internet



Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu no Plenário o requerimento que apresentara solicitando a votação de substitutivo único para as três propostas de emenda à Constituição (PEC 103/11, PEC

113/11 e PEC 56/11) que modificam a regra de distribuição de ICMS incidente sobre o comércio pela internet. As PECs tramitam na Comissão de Constituição e Justiça.

A mudança busca dividir a arrecadação entre o estado do comprador e o estado onde está localizada a loja virtual.

— Temos de atualizar as regras de compra e venda via internet para um país que já tem 80 milhões de usuários da rede, distribuindo o ICMS e promovendo a justiça tributária.

Pinheiro: unificação do ICMS é o 1º passo para pacto federativo

O Senado deu um passo importante no caminho para um novo pacto federativo ao aprovar na CCJ o projeto que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com importados (PRS

72/10), afirmou Walter Pinheiro (PT-BA).

— É a tentativa de colocar um fim à guerra fiscal — disse o senador, para quem a decisão sobre o ICMS é um ponto de partida, mas é importante discutir outros assuntos ligados ao pacto federativo, como a regulamentação do comércio eletrônico, a indexação das dívidas dos estados e a distribuição de recursos dos royalties de petróleo, do FPE e do FPM.

— Não dá para garantir um emprego na região Sul ferindo o Nordeste.



Anibal diz que zona especial vai revolucionar economia do Acre



Anibal Diniz (PT-AC) comemorou a publicação do ato declaratório de alfandegamento da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Acre. O alfandegamento é a autorização da Receita para que sejam instituídos benefícios fiscais na importação e na compra de insumos dentro do país. De acordo com ele, o Brasil conta com 22 ZPEs autorizadas a funcionar, mas só a do Acre recebeu até o momento a liberação da Receita para usufruir os benefícios.

— Essa iniciativa vai representar o início de uma mudança e uma revolução na matriz econômica do Acre.

Segundo Cyro, Brasil precisa de reengenharia econômica

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a economia do Brasil precisa de uma reengenharia "tão ousada quanto foi o Plano Real" em aspectos como a queda da taxa de juros, o foco no superávit nominal e a renegociação das dívidas dos estados.

Ele elogiou as medidas de redução da taxa Selic e dos juros dos bancos públicos.

— Os bancos públicos e privados passaram a hora de praticar um spread mais compatível com a realidade internacional. Isso seria fundamental, sobretudo num momento em que se torna necessário manter o ritmo da economia nacional.





Vanessa cita documentos do Ibama

Vanessa Grazziotin contesta denúncia contra o Dnit

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) rebateu críticas de Alfredo Nascimento (PR-AM) a convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o Amazonas para a pavimentação de trecho da BR-317. Sobre a denúncia de superfaturamento, Vanessa disse que o custo de R\$ 1,3 milhão por quilômetro na parte da rodovia no Acre foi bem maior que o de R\$ 767 mil por quilômetro no Amazonas.

Com documentos do Ibama e do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Vanessa repeliu a acusação de falta de licenciamento ambiental.

Gurgacz anuncia maior agilidade no Terra Legal Amazônia

Os processos de regularização fundiária da Amazônia devem ser acelerados, anunciou Acir Gurgacz, após encontro com o ministro Pepe Vargas. O senador informou que portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário simplificará os procedimentos para propriedades com um módulo fiscal e as com um a quatro módulos fiscais, beneficiando os agricultores familiares em áreas assentadas para a reforma agrária.

A previsão, segundo Gurgacz, é de que o Programa Terra Legal assente em Rondônia, até 2014, 22 mil famílias numa área de 2,9 milhões de hectares.



Gurgacz: procedimentos simplificados

Na CRA, Pepe Vargas disse que o Programa Terra Legal Amazônia está lento, entre outras razões, porque as empresas de georreferenciamento não tinham experiência com as condições da Amazônia

“Ocupações legítimas” serão regularizadas, diz ministro

O MINISTRO DO Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, defendeu a regularização de terras, em especial o Programa Terra Legal Amazônia, coordenado por sua pasta. Vargas, no cargo há cerca de um mês, esteve ontem no Senado reunido com o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Acir Gurgacz (PDT-RO), e outros senadores.

Ao responder às críticas de que a regularização por meio do Terra Legal Amazônia está lenta, o ministro disse que o programa é relativamente novo (foi lançado em 2009) e teve de enfrentar várias

dificuldades, “como a ausência de uma metodologia, dentro do Estado brasileiro, para fazer a contratação relacionada ao georreferenciamento”.

— Além disso, as empresas contratadas não tinham experiência para fazer esse trabalho nas condições que a Amazônia impõe — declarou Pepe Vargas.

Um dos objetivos é entregar títulos a posseiros que ocupam terras públicas federais “não destinadas”, ou seja, que não sejam reservas indígenas, florestas públicas, unidades de conservação, áreas de fronteira, marinha ou de

administração militar.

O Terra Legal Amazônia visa à regularização de “ocupações legítimas”, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais. De acordo com Pepe Vargas, o principal entrave às titulações, atualmente, está nas questões processuais, “já que são necessárias pesquisas e análises de documentos que garantam sua segurança jurídica”.

Participaram também da reunião Ana Amélia (PP-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jayme Campos (DEM-MT), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Waldemir Moka (PMDB-MS).



Eduardo Lopes faz apelo por agilidade

Lopes pede liberação de verba para Região Serrana do Rio

Os efeitos das chuvas em Teresópolis (RJ), no dia 6, mostram que as autoridades falharam novamente na prevenção de desastres naturais, disse Eduardo Lopes (PRB-RJ), lembrando tragédia ocorrida também na Região Serrana do Rio de Janeiro, no ano passado.

O senador disse que há informações de que o sistema de alerta a desastres falhou. Pelos dados oficiais, cinco pessoas morreram soterradas, 15 ficaram feridas e quase mil foram desalojadas. Lopes fez apelo à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, por agilidade na liberação de recursos, pois a população sofre com falta de energia elétrica, água potável e queda de barreiras.

Pinheiro cita ações para minimizar efeitos da seca

Devido à queda de 30% do preço do cacau no último ano, mais da metade dos produtores ainda não regularizaram suas dívidas, lamentou Walter Pinheiro (PT-BA). O senador relacionou ações do governo federal para minimizar os efeitos da seca no estado e para a recuperação da lavoura de cacau, que ocupa 16% da mão de obra da agricultura baiana.

Pinheiro disse que cobrou ações perenes e que muitas delas foram efetivadas esta semana, como a entrega de 95 máquinas para municípios baianos e o anúncio da liberação de R\$ 25 milhões para compra de mais máquinas, de R\$ 6 milhões para perfuração de poços e de R\$ 118 milhões do PAC para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água.



Pepe Vargas, ministro do Desenvolvimento Agrário (E), explica a Suplicy, Acir Gurgacz (D) e outros senadores que questões processuais são, hoje, o principal entrave às titulações

Programas dão apoio à agricultura familiar

A agricultura familiar representa 10% do produto interno bruto (PIB) do país e ocupa 74% do pessoal no meio rural, informou o ministro Pepe Vargas. Da produção de feijão, leite, suínos e aves — alimentos entre os mais consumidos no país —, a agricultura familiar é responsável, respectivamente, por 70%, 58%, 59% e 50%, segundo estimativas do IBGE em 2006.

— Parte da agricultura familiar no país está consolidada e deu muito certo, usa e até exporta tecnologia. Outra parte, um pouco mais numerosa,

ainda precisa de muito apoio, mas está se desenvolvendo e é capaz de produzir excedentes e comercializá-los. E há uma terceira parte. Dos cerca de 16 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza no Brasil, metade está no campo — disse.

Para as parcelas já consolidadas ou em desenvolvimento, o ministério oferece assistência técnica, o Plano Safra, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o Programa de Garantia de Preços e o Programa do Biodiesel (que inclui o Selo Combustível Social), entre outros.

Para as famílias em situ-

ação de extrema pobreza, o ministro destacou, entre outros, o Programa Brasil sem Miséria, “que também tem sua face rural, cuja meta é a inclusão de 253 mil famílias até 2014”. Ele destacou que o programa oferece assistência técnica diferenciada aos agricultores familiares, como orientação sobre como aplicar os recursos oferecidos (não reembolsáveis).

— A primeira parcela é de R\$ 1.000, seguida por duas de R\$ 700. O valor pode parecer pequeno, mas faz grande diferença — garantiu.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Humberto Costa registra apreensão de botox falsificado



Humberto Costa (PT-PE) parabenizou ação conjunta da Polícia Federal e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que desarticulou um esquema de contrabando e comercialização de botox.

O produto, que chegava ao país sem registro ou autorização de uso, era vendido a médicos de diversos estados. As vítimas da pirataria correm risco de lesões na pele e outros problemas de saúde, disse Humberto.

O senador registrou que é autor de três projetos de lei que poderão tornar mais rígido o combate à pirataria de medicamentos.

SENADOR SUGERE NOVOS CURSOS DE MEDICINA NO PAÍS

Humberto Costa propôs medidas para aumentar o número de profissionais de saúde no Brasil e melhorar a distribuição deles pelo país. O senador, que é médico e foi ministro da Saúde entre 2003 e 2005, propôs a abertura de novos cursos de medicina em faculdades públicas das regiões onde há maior escassez de médicos. Outra sugestão é o serviço civil obrigatório para os profissionais formados em universidades públicas.

Outra proposta do senador é a carreira unificada no Sistema Único de Saúde (SUS), com incentivos diferenciados. A validação de diplomas conseguidos no exterior, disse o senador, poderia ser vinculada à prestação de serviço em locais com poucos médicos.

Humberto ressaltou que a população com mais recursos, e com condições de ter planos de saúde privados, é exatamente a que tem mais médicos do SUS à disposição.

Ana Amélia apela por julgamento do caso Aerus, da Varig



Ana Amélia (PP-RS) lembrou o drama dos aposentados da Varig que há seis anos aguardam o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de uma diferença tarifária da extinta companhia aérea, que lhes poderá assegurar indenização como participantes do fundo de pensão Aerus.

A senadora citou o caso de Amaury Guedes, de 77 anos, "seis anos deles vegetando", e ressaltou que 636 aposentados já faleceram à espera do julgamento do caso Aerus. Ela reiterou apelo, à relatora do processo, Cármen Lúcia, em favor do julgamento.

Rolleberg pede mais rigor contra motoristas bêbados



Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) cumprimentou os deputados federais pela aprovação do projeto de lei que torna mais rígida a Lei Seca, aumentando a pena para quem conduzir veículo sob a influência de álcool ou outras substâncias.

Rolleberg cobrou punição mais severa e eficiente para o consumo de álcool por motoristas no Brasil.

— Em alguns estados norte-americanos, se o condutor recusa o teste do bafômetro, há presunção de embriaguez e apreensão imediata do veículo e da carteira — disse o senador.

Jayne alerta para consumo exagerado de gordura e álcool



Jayme Campos (DEM-MT) citou pesquisa constatando que 26,2% dos brasileiros consumiram mais álcool que o recomendado e que, nos últimos cinco anos, o número de indivíduos com sobrepeso passou de 11,4% para 15,8% da população, resultado do consumo de produtos gordurosos.

O senador, que preside a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), afirmou que vai apresentar projetos de lei para incluir nutricionistas, psicólogos e profissionais de educação física no programa de saúde da família.

Paim propõe grupo que discuta aumento para aposentados

Paulo Paim (PT-RS) informou que sugeriu à Comissão Mista de Orçamento (CMO) a criação de grupo de trabalho que busque uma política de aumento real para aposentados e pensionistas que ganham até cinco salários mínimos. O grupo, afirmou o parlamentar, também estudaria o fim do fator previdenciário.

Paim ainda elogiou a reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que custeia estudos em curso superior. O senador destacou que o juro caiu de 9% para 3,5% e a carência para o início do pagamento subiu de seis para 18 meses após a formatura do estudante.



Paim (C) diz que aguarda o diálogo das partes interessadas antes de apresentar seu parecer sobre a suspensão da portaria

Comissão busca consenso sobre o ponto eletrônico

Regulamentação do sistema de controle da jornada determinada pelo Ministério do Trabalho será discutida em grupo formado por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários

GOVERNO, TRABALHADORES E empresários formarão uma comissão para discutir a regulamentação do ponto eletrônico. A decisão foi anunciada ontem, em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que discutiu a suspensão da portaria do Ministério do Trabalho que exige o uso do registrador eletrônico de ponto (REP).

Na avaliação do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto que susta a portaria (PDS 593/10), é preciso garantir segurança jurídica.

— Se for possível dialogar, e eu vi aqui que todo mundo quer dialogar, eu espero. Agora, se não houver conversa, eu

terei, naturalmente, de apresentar meu parecer e colocá-lo em votação — disse Paim.

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosângela Rassy, afirmou que o REP é necessário porque os sistemas de ponto eletrônico são passíveis de fraude, como se detecta em operações de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Entretanto, para o representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Damião de Moraes, o ministério não deve normatizar com base em uma situação de exceção. Segundo ele, apenas 2% das ações trabalhistas reclamam de fraudes no ponto. Ele

afirmou que as empresas vão ter de investir até R\$ 6 bilhões para implantar o REP, custo que contraria a política do governo de desonerar a folha.

Já o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Renato Henry Sant'Anna, afirmou que, apesar de as ações trabalhistas não questionarem especificamente os equipamentos de ponto, 80% delas dizem respeito a horas extras.

A representante do Ministério do Trabalho, Vera Albuquerque, disse que o ponto eletrônico tende a ser adotado por todas as empresas, em razão da facilidade tecnológica e da segurança jurídica.

Certificação digital pode ser alternativa

O gerente executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Emerson Almeida, sugeriu certificação digital dos sistemas em uso para garantir segurança jurídica.

O REP é inviável na opinião do vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio, deputado Laercio Oliveira (PR-SE), que também defendeu a certificação digital e a extinção da portaria.

Apesar de defenderem a

manutenção da portaria como controle das horas trabalhadas, os representantes dos trabalhadores concordaram com a discussão do tema.

Ledja Austrilino Silva, que representou a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), afirmou que os problemas devem ser discutidos para aprimorar os equipamentos e garantir os direitos dos trabalhadores e empregadores.

Ao pedir que o Senado aprove a suspensão da portaria, a representante dos pequenos fabricantes de relógio e sistemas de ponto, Lucienne Fontes, argumentou ser inviável a produção dos equipamentos exigidos. Ela disse que o REP não impede a fraude.

— Não somos nem contra nem a favor da portaria, mas contra a obrigatoriedade de um equipamento que é falho — disse Lucienne.

Assentos especiais na espera para viagem

Idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência ou acompanhadas de crianças de colo poderão ter assentos preferenciais nos terminais de transporte público de passageiros. A determinação está contida em projeto de lei da Câmara (PLC 129/11) aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), explicou que a proposta corrige uma lacuna da lei em vigor, que reserva assentos para essas pessoas nos veículos de transporte público, mas não nos terminais de passageiro, onde muitas vezes se



Lúcia Vânia preside a reunião que aprovou o projeto de lei da Câmara

passa mais tempo. O projeto será examinado em votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Durante a reunião, presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO), a comissão aprovou ainda requerimento para realização de audiência pública com o objetivo de debater o ritmo de execução das obras da Ferrovia Transnordestina no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Conforme requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Vanessa Grazziotin, devem ser convidados para o debate representantes do Ministério dos Transportes, da Transnordestina Logística, do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Romero Jucá defende aprovação da PEC da Música

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou ser favorável à aprovação da PEC da Música (Proposta de Emenda à Constituição 98/07). A matéria assegura imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil.

Segundo Jucá, os objetivos da PEC são a ampliação da comercialização de CDs e DVDs de música brasileira; o estímulo à produção de novos músicos, tirando-os da informalidade; e o fortalecimento do mercado em toda a sua diversidade regional.

— Indiscutivelmente esta PEC tem o apoio desta Casa porque fortalece os artistas. Vamos votar a favor na CCJ e pedir urgência em Plenário. É um instrumento importante para combater a pirataria de CDs e DVDs — argumentou.

Casildo destaca vitória de equipe na Copa Davis de tênis



Waldemar Barreto/Agência Senado

A vitória contra a Colômbia na etapa da Copa Davis em São José do Rio Preto (SP), garantiu à equipe brasileira de tênis a possibilidade

de disputar, em setembro, uma vaga no Grupo Mundial, disse Casildo Maldaner (PMDB-SC).

— A Copa Davis é a maior e mais longa competição da modalidade — afirmou.

O senador considerou que, pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o Brasil dispõe de boas ferramentas de financiamento. Também cumprimentou os atletas Thomaz Bellucci, João Souza, Bruno Soares, Marcelo Melo e João Zwetsch, o chefe de delegação, Paulo Moriguti, e o catarinense Jorge Lacerda, presidente da Confederação Brasileira de Tênis.

Proposta de Requião que prevê a revalidação de diplomas de universidades estrangeiras foi debatida ontem no Senado. Cristovam disse que é preciso resolver problema dos “exilados acadêmicos”

Projeto facilita revalidação de diploma estrangeiro

O BRASIL PRECISA solucionar o problema de seus “exilados acadêmicos”, disse ontem Cristovam Buarque (PDT-DF) durante audiência pública sobre o projeto de lei que trata da revalidação de diplomas emitidos por instituições estrangeiras de ensino superior. Ao anunciar seu voto favorável à proposta, o senador sugeriu que se beneficiem não apenas futuros estudantes, mas também os que já fizeram cursos no exterior.

— Trata-se de uma questão de direitos humanos. Dezenas de milhares de jovens são hoje praticamente exilados acadêmicos, pois podem entrar no país, mas não no consultório ou no escritório de engenharia — afirmou, durante audiência conjunta das comissões de

Relações Exteriores (CRE) e de Educação (CE).

De autoria de Roberto Requião (PMDB-PR), o PLS 399/11 estabelece que “os diplomas de cursos de graduação, mestrado ou doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático”. Caberá ao poder público divulgar a lista de cursos reconhecidos.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Lins, considerou oportuno o debate, no momento em que existe falta de profissionais em diversos ramos da economia brasileira.

Mais de 20 mil brasileiros que fizeram curso no exte-

rior não têm seus diplomas reconhecidos, segundo o presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, Vicente Celestino de França.

— Não queremos revalidação sem qualidade — disse.

Ao apresentar a posição das universidades federais, a pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Divina Cardoso, observou que mais da metade dos títulos que chegam de outros países não podem ser reconhecidos.

— Tomando por base minha instituição, a grande maioria dos diplomas que chegam para ser reconhecidos provêm de instituições totalmente desconhecidas.



Presidente da CE, Requião (2º à esq.) conduz o debate com Amaro Lins (E), Divina Cardoso e Vicente Celestino

Márcia Kallmeier/Agência Senado

Visões sobre texto vão da cautela ao entusiasmo

Durante o debate, Ana Amélia (PP-RS) pediu cautela sobre o tema. Ela lembrou os 25 mil estudantes brasileiros de medicina na Bolívia, mas ressaltou a necessidade de verificar seus conhecimentos quando retornarem ao país.

Ângela Portela (PT-RR) defendeu o projeto observando que cursos precários “não são primazia de universidades

estrangeiras”. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionou se as universidades brasileiras têm como analisar todos os pedidos de revalidação.

Blairo Maggi (PR-MT) disse que a questão deve ser analisada visando à integração do Mercosul. Pedro Taques (PDT-MT) contou que muitos jovens de seu estado estudam no Paraguai e na Bolívia.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a falta de revalidação de diplomas “beira o absurdo”. Ele citou a falta de médicos no interior do Brasil.

Marta Suplicy (PT-SP) recordou estudantes formados por faculdade de hotelaria na Áustria que não conseguem a revalidação. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também defendeu o projeto.

Sarney anuncia “software da transparência”

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou em Plenário o lançamento, na próxima segunda-feira, do *software* CView, que dará aos gabinetes dos senadores acesso em tempo real a vídeos das sessões do Plenário e das comissões.

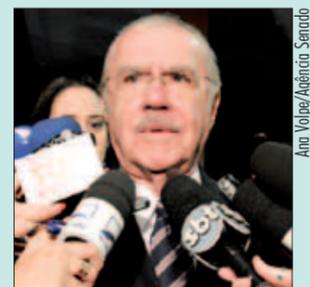
O programa também incluirá mais de 30 mil horas de vídeos abrangendo diversos momentos da atividade legislativa de 1997 até hoje.

A iniciativa é uma parceria da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) e da Secretaria Técnica de Eletrônica (Stel).

— É uma economia de recursos para o Senado e uma agilidade a mais no trabalho dos gabinetes para um trabalho cada vez mais sólido pelos interesses nacionais.

Segundo Sarney, o programa contribui para ampliar a transparência do Senado. Ele acrescentou que o *software* facilitará o trabalho dos gabinetes, que poderão retransmitir vídeos a qualquer ponto do país sem precisar contratar serviços de transmissão de dados.

— O Senado moderniza-se e ocupa uma posição de destaque entre as instituições que dispõem de tecnologia de ponta para os seus trabalhos.



Sarney anuncia *software* que permitirá acompanhamento

Ana Volpeli/Agência Senado

Congresso brasileiro faz apelo por paz entre Israel e povo palestino

O Congresso deverá apresentar uma moção das comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado pela paz entre israelenses e palestinos, das. O documento foi lido ontem durante audiência no Senado para ouvir o ex-ministro da Justiça de Israel Yossi Beilin e o secretário-geral da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Abed Rabbo.

Os dois dirigentes fizeram parte das negociações do Acordo de Genebra, plano de paz alternativo para o Oriente Médio lançado em 2003 na Suíça, após mais de dois anos de discussão. O acordo foi

rejeitado pelo governo israelense por ter sido negociado por políticos da oposição, e a Autoridade Nacional Palestina não a endossou formalmente.

— É o documento mais consistente para uma paz justa e duradoura entre Israel e os palestinos — afirmou o deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ),

que propôs a moção.

O documento recebeu o nome de Apelo de Brasília e ainda precisa ser votado pelas comissões antes de ser divulgado a outros países. De acordo com o texto, o governo de Israel deve cessar a expansão de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Leste, além de dismantlar ocupações ilegais. Dos palestinos, é esperada a resistência à ocupação restrita a formas não violentas. E os dois lados devem reabrir as negociações para uma solução definitiva.

— Não há outra saída para aquela região — afirmou o

presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores, Cristovam Buarque (PDT-DF).

Para o representante palestino, uma negociação justa passa pelo fim dos assentamentos.

— É como duas pessoas tentando decidir como uma *pizza* será dividida e um lado diz que quer negociar, mas come a *pizza* ao mesmo tempo. Antes do fim das negociações, não haverá mais *pizza* para dividir — afirmou Rabbo.

O ex-ministro israelense afirmou que o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, não está disposto a pagar o preço que a paz exige.



Na audiência, Cristovam ouve o representante palestino, Yasser Abed Rabbo

Lin de Paula/Agência Senado